

**PARECER JURIDICO /JUSTIFICATIVA PARA O VETO**

**PROJETO DE LEI 36/2017**

**AUTOGRAFO Nº 41 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

Trata-se de Projeto de Lei, de autoria do Vereador Leandro de Paula , instituindo o Programa Médico na Creche, visando a prevenção de doenças infantis por meio de atendimento especializado por medidas e equipes da Secretaria Municipal de Saude.

È a síntese do Relatório.

Inicialmente, há que se ressaltar a relevância da matéria, bem como a intenção do nobre vereador em beneficiar as crianças, ocorre que se torna inviável.

Porém há que se vetar integralmente o projeto de Lei, pois padece de vício em sua formação, qual seja, vício de autoria, já que a iniciativa foi de membro do Poder Legislativo.

O Projeto de Lei em questão gera despesa ao Município, e em se tratando de matéria que causa impacto financeiro, a competência é exclusiva do Poder Executivo, conforme previsto na Lei Orgânica do Município, em seu Art. 38, (*in verbis*)

**Art. 38 – São de iniciativas exclusivas do Prefeito as Leis que disponham sobre:**

**I – criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta ou autárquica ou aumento de sua remuneração;**

**II – servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;**

**III – criação, estruturação e atribuições das secretarias ou departamentos equivalentes e órgãos da Administração Pública;**




IV – matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios ou subvenções.

Parágrafo Único – Não será admitido o aumento de despesa prevista nos projetos de iniciativa do Prefeito Municipal, ressalvado o disposto no inciso IV, primeira parte.

Assim em sendo sancionado o Projeto de Lei, descrito no autografo, o mesmo, seria Inconstitucional, uma vez que além de ferir a Lei Orgânica Municipal, estaria infringindo, os artigos 5º, 24, § 2º itens 1 e 4, 47, incisos II e XIV, da Constituição Estadual e a Constituição Federal, nos artigos 61, § 1º, e 165.

Ainda a titulo de ilustração, matérias análogas a esta, que geram despesas já foi entabulada no município, sendo inclusive judicializada, ao qual ja foi declarado inconstitucional, conforme ementa transcrita, *in verbis*

**"AÇÃO DIRETA DE  
INCONSTITUCIONALIDADE - LEI Nº  
1.057, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015, DO  
MUNICÍPIO DE SALMOURÃO QUE  
'AUTORIZA O EXECUTIVO REPASSAR AOS  
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE  
INCENTIVO FINANCEIRO ADICIONAL' -  
DIPLOMA NORMATIVO DE AUTORIA  
PARLAMENTAR DISPONDO SOBRE  
REGIME JURÍDICO E REMUNERAÇÃO DE  
SERVIDORES PÚBLICOS -  
INADMISSIBILIDADE - INICIATIVA  
EXCLUSIVA DO CHEFE DO PODER  
EXECUTIVO - AFRONTA AO PRINCÍPIO DA  
SEPARAÇÃO DOS PODERES - NORMA  
AUTORIZATIVA - IRRELEVÂNCIA -**





**OFENSA AOS ARTIGOS 5º, 24, § 2º, ITENS 1 E 4, 47, INCISOS II E XIV, E 144, TODOS DA CARTA BANDEIRANTE - INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA - AÇÃO PROCEDENTE.**

**O Executivo goza de autonomia e independência em relação à Câmara Municipal, que não podem ser violadas mediante elaboração legislativa que tenha por escopo impingir ao Prefeito o que deve ser feito em termos de administração pública, competindo privativamente ao Chefe do Poder Executivo legislar sobre matéria atinente ao regime jurídico e à remuneração dos servidores públicos".**

**"O Prefeito não precisa de autorização do Poder Legislativo para o exercício de atos de sua exclusiva competência".**


**(Relator(a): Renato Sartorelli; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: Órgão Especial; Data do julgamento: 03/08/2016; Data de registro: 04/08/2016)**

Convém ressaltar que a recomendação pelo veto, não se dá por ser contrário a matéria, mas sim por falha na forma ao qual foi proposta, sendo ainda inviável a aplicação no município.



Assim a Assessoria Juridica, recomenda o veto total  
do projeto de lei pelas razões expostas.

Salmourão - SP , 15 de dezembro 2017.



**VALDINEI CESAR BONATO**  
**ASSESSOR JURIDICO**